

Assentamento Grande Borá - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 22359/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 10/07/2013. 55) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Caiçara - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 22364/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 10/07/2013. 56) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Boqueirão - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 22086/2010. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 05/07/2013. 57) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Colônia dos Ciganos - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 22376/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 05/07/2013. 58) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Carlos Lamarca - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 28612/2012. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 06/07/2013. 59) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Riacho claro - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 7382/2008. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 06/07/2013. 60) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Roca - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 22881/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 06/07/2013. 61) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Carro quebrado - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 21382/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 06/07/2013. 62) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Piratinga ou São Cristovão - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Formoso/MG - PT nº 15811/2010. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 20/03/2013. 63) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Piratinga - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Formoso/MG - PT nº 1142/2013. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 20/03/2013. 64) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Paraíso - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Unai/MG - PT nº 4962/2012. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 20/03/2013. 65) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Renascer - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Unai/MG - PT nº 22852/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 25/02/2013. 66) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Paulo Freire - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 27152/2010. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 24/01/2013. 67) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Jiboia - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Unai/MG - PT nº 430/2006. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 17/12/2013. 68) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Papamel - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Unai/MG - PT nº 15196/2007. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 20/03/2013. 69) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Eldorado dos Carajás - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Unai/MG - PT nº 7235/2011. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 24/01/2013. 70) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Eloi Ferreira da Silva - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Arinos/MG - PT nº 7372/2008. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 05/06/2013. 71) Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA/Assentamento Santa Marta - Projeto de assentamento para fins de reforma agrária - Unai/MG - PT nº 21497/2005. Classe 1 - Vigência: 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da assinatura: 15/07/2014. 72) Cooperativa Agropecuária Unai Ltda - Resfriamento e Distribuição de Leite em Instalações Industriais - Unai/MG - PT nº 14189/2008. Classe 4 - Vigência: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura: 20/11/2017 (TAC nº 37/2017). (a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

03 1756694 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e *prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Francisco Pinheiro de Campos/Fazenda Santa Inês - Matrícula 25.724, Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Presidente Olegrário/MG, PA nº. 395/2023, Classe 2; 2) Euripedes Gonçalves Rios/Fazenda Mandiocia, Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura; horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Perdizes/MG, PA nº. 464/2023, Classe 2.

(a) Ilídio Lopes Mundim Filho. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Alto Paranaíba.

03 1756811 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na Modalidade Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:
1) DCM Agropecuaria Ltda/Fazenda São Pedro - Culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura - Buritis/MG. Processo: 457/2023.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

03 1757085 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) públicas as DECISÕES deliberadas na 96ª reunião Ordinária da Câmara de Atividades Minerárias (CMI), realizada remotamente, via video conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCu1U1AB462m8p3C1jsJ4w>, no dia 03 de março de 2023, às 9h, a saber: 5. Exame da Ata da 95ª RO de 27/01/2023. APROVADA COM ALTERAÇÕES. 6. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação: 6.1 Gerdau Açominas S.A. - Pilha de Rejeito Sardinha e Linha de Rejeito - Pilhas de rejeito/estéril - Minério de ferro e Mineroduto ou rejeitoduto externo aos limites de empreendimentos minerários - Ouro Preto/MG - PA/SLA/Nº 567/2021 - ANM: 390.600/2009 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Suppri. CONCEDIDO COM CONDICIONANTES, VALIDADE ATÉ 24/06/2032. 7. Processo Administrativo para exame da Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação e a Licença de Operação - “Ampliação”: 7.1 Splendour Mineração e Transporte Ltda. - Lavra a céu aberto - Rochas ornamentais e de revestimento; Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos; Estrada para transporte de minério/estéril externa aos limites de empreendimentos minerários - Franciscópolis/MG - PA/SLA/Nº 5619/2021 - ANM: 833.428/2007 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDO COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 8. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação: 8.1 Mineração Barra Rica Ltda. - Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a úmido, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Lavra em aluvão, exceto areia e cascalho e Disposição de estéril ou de rejeito inerte e não inerte da mineração (classe II-A e IIB, segundo a NBR 10.004) em cava de mina, em caráter temporário ou definitivo, sem necessidade de construção de barramento para contenção - Olhos D’água/MG - PA/SLA/Nº 3902/2022 - ANM: 832.109/2005 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDO COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 9. Processo Administrativo para exame de Licença de Operação Corretiva: 9.1 Porto de Dragagem Augusta - Juscelino Garcia de Oliveira - ME - Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil - Várzea da Palma, Pirapora e Buritizeiro/MG - PA/

SLA/Nº 1662/2022 - ANMs: 831688/2001; 830281/2002 - Classe 4 (Conforme Lei nº 21.972/2016, art. 14, inc. III, alínea b). Apresentação: Supram NM. CONCEDIDO COM CONDICIONANTES, VALIDADE: 10 (DEZ) ANOS. 10. Processo Administrativo para exame de Exclução de Condicionante da Licença de Operação: 10.1 Vale S.A. - Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco - minério de ferro e pilhas de rejeito/estéril - Nova Lima/MG - PA/Nº 08761/2012/004/2012 - ANM: 001802/1958 - Classe 6. Apresentação: Supram CM. DEFERIDO CONFORME PARECER. 11. Processo Administrativo para novo voto a ser proferido pelo conselheiro representante da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais (Codemig): 11.1 MLOG S.A. - Lavra a céu aberto com tratamento a úmido minério de ferro, unidade de tratamento de Minerais UTM, obras de infra-estrutura (pátios de resíduos e produtos e oficinas), barragem de contenção de rejeitos/resíduos, pilha de rejeito / estéril, estradas para transporte de minério / estéril, minerodutos, correias transportadoras, subestação de energia elétrica, tratamento de água para abastecimento, tratamento de esgotos sanitários, diques de proteção de margens de curso d’água, aterro para resíduos não perigosos - classe II, de origem industrial, pontos de abastecimentos de combustíveis e viveiro de produção de mudas de espécie agrícolas, florestais e ornamentais - Morro do Pilar/MG - PA/Nº 02402/2012/001/2012, ANM 833493/2007 - Processo Híbrido SEI Nº 1370.01.0015796/2021-93 - Condicionante nº 62 - Classe 6 - para proferimento de novo voto pelo conselheiro representante da Codemig conforme Nota Jurídica Asjur. Semad Nº 19/2023. NOVO VOTO PROFERIDO PELO REPRESENTANTE DA CODEMIG E DESEMPATE REALIZADO PELO PRESIDENTE DA REUNIÃO

Vitor Reis Salum Tavares
Presidente Suplente da Câmara de Atividades Minerárias

03 1757224 - 1

O Diretor Regional de Administração e Finanças da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 23/02/2023 a 08/03/2023, conforme ato publicado em 14/02/2023, torna público que o requerente abaixo identificado solicitou Licença Ambiental. Informa que foram apresentados EIA/RIMA, e que os estudos ambientais encontraram-se à disposição dos interessados no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/> requerimento, conforme Deliberação Normativa Copam nº 225/2018, no site <http://sistemas.meioambiente.mg.gov.br/licenciamento/site/> consulta-audiência, dentro do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias a contar da data desta publicação.

(a) Hugo Leonardo Andrade Coutinho. Diretor Regional de Administração e Finanças da Supram Norte de Minas. Designado pelo Ato de Delegação SEMAD/ SCECX Nº 05, de 22 de dezembro de 2022.

- LAC 2 - Licença de Operação Corretiva: 1) Rima Industrial S/A - Fazenda Sobrado / Santa Clara, Produção de carvão vegetal oriunda de floresta plantada, postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas) e culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvipastoris, exceto horticultura, Cristália e Botumirim/MG, PA/nº 462/2023. Classe 4.

03 1757246 - 1

A Superintendência Regional de Meio Ambiente Leste Mineiro torna público que foi firmado Termo de Ajustamento de Conduta referente ao processo abaixo identificado:

1) Frigorífica Oliveira Indústria e Comércio Eireli (23.323.090/0001-57) - Abate de animais de grande porte (bovinos, equinos, bubalinos, muares, etc), com capacidade instalada de 240 cabeças/dia - Teófilo Otoni /MG – Processo Administrativo SLA 2879/2022 - Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura em 27/02/2023.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

03 1757140 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: - LAS CADASTRO: 1) Ambipar Environmental Solutions – Soluções Ambientais Ltda. – Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos – Governador Valadares/MG - PA/Nº: 427/2023.

(a) Fabrício de Souza Ribeiro. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Leste Mineiro.

03 1757196 - 1

O Superintendente de Projetos Prioritários torna público que o requerente abaixo identificado solicitou:

1) Licenciamento Ambiental Concomitante (LAC2) - Licença Prévia concomitante com a Licença de Instalação (LP+LI): *EKT T 9 Serviços de Transmissão de Energia Elétrica SPE S.A - Linhas de transmissão de energia elétrica - Paracatu, Arinos, Riachinho, Bonfínópolis de Minas, Dom Bosco, Natalândia, Unai, Guarda-Mor, Coromandel, Abadia dos Dourados, Douradoquara, Monte Carmelo, Estrela do Sul, Romaria, Indaiápolis e Nova Ponte/MG, PA/Nº 458/2023, Classe 4. ***Requerimento para Intervenção Ambiental vinculado PA/Nº 1370.01.0001643/2023-38.

(a) Rodrigo Ribas. Superintendente de Projetos Prioritários.

03 1757196 - 1

O Diretor Regional de Administração e Finanças da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 23/02/2023 a 08/03/2023, conforme ato publicado em 14/02/2023, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificada, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:

1) Felipe Rafael Oliveira, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Montes Claros/MG, Protocolo nº 447/2023.

(a) Hugo Leonardo Andrade Coutinho

Diretor Regional de Administração e Finanças da Supram Norte de Minas.

03 1757234 - 1

O Diretor Regional de Administração e Finanças da Superintendência Regional de Meio Ambiente Norte de Minas, designado para responder pela Supram NM, no período de 23/02/2023 a 08/03/2023, conforme ato publicado em 14/02/2023, torna público que foram DEFERIDOS os requerimentos de transferência de responsabilidade administrativa das licenças ambientais abaixo identificadas: - LAS cadastro: 1) Lafargeholcim (Brasil) S.A. - Britamento de pedras para construção - Montes Claros/MG nº da licença 4575 PA nº 4575/2020. Class. 2. Válida até: 23/10/2030 do responsável Lafargeholcim (Brasil) S.A., CNPJ 60.869.336/0232-49 para o novo titular CSN Cimentos Brasil S.A., CNPJ 60.869.336/0232-49.- LAS/RAS - Licença Ambiental Simplificada: 1) Renon Costa e Cia Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Francisco Sá/MG, nº da licença 010/2019 PA nº 02200/2002/005/2019. Classe 3. Válida até: 21/12/2027 do responsável Renon Costa e Cia Ltda., CNPJ 04.309.086/0001-90 para o novo titular Posto Chimba Ltda., CNPJ 04.309.086/0001-90. - Licença de Operação Corretiva: 1) Renon Costa e Cia Ltda. - Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação - Francisco Sá/MG, nº da licença 040/2017 PA nº 02200/2002/004/2017. Classe 5. Válida até: 21/12/2027 do responsável Renon Costa e Cia Ltda., CNPJ 04.309.086/0001-90 para o novo titular Posto Chimba Ltda., CNPJ 04.309.086/0001-90.

(a) Hugo Leonardo Andrade Coutinho. Diretor Regional de Administração e Finanças da Supram Norte de Minas.

03 1757238 - 1

Instituto Estadual de Florestas - IEF

Diretora-Geral: Maria Amélia de Coni e Moura Mattos

PORTARIA IEF Nº 15, DE 03 DE MARÇO DE 2023.

Dispõe sobre a composição do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Sagarana, para o biênio 2023-2025.

A DIRETORA-GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020, e com respaldo na Lei Federal nº 9.985, de 18 de junho de 2000, no Decreto Federal nº 4.340, de 22 de agosto de 2002, na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e na Lei Estadual nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º-O Conselho Consultivo do Parque Estadual de Sagaranaé formado por 16(dezesseis) conselheiros, sendo 08(oito) titulares e 08(oito) suplentes, em conformidade com o resultado do processo eletivo realizado por meio do Edital de Convocação IEF/PESAG nº 01.2022, ficando assim constituído:

1–Poder Público:

a) Titular:Prefeitura Municipal de Arinos - Secretaria Municipal de Agropecuária e Meio-Ambiente;
Suplente:Prefeitura Municipal de Arinos - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo;
b) Titular:SUPRAM NOR - Superintendência Regional de Regularização Ambiental;
Suplente:SUPRAMNOR-Superintendência Regional de Regularização Ambiental;
c) Titular:Polícia Militar de Meio Ambiente Comando de Policiamento Ambiental 16º Cia PM MAMB;
Suplente:Polícia Militar de Meio Ambiente Comando de Policiamento Ambiental 16º Cia PM MAMB;
d) Titular: EMATER-MG -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG;
Suplente: EMATER-MG -Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de MG;

II – Sociedade Civil:

a) Titular: Representante da População do Entorno - Agemirol Graciliano de Jesus;
Suplente:Representante da População do Entorno - José Ferreira dos Reis;

b) Titular:Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG-CAMPUS ARINOS;

Suplente:Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - IFNMG-CAMPUS ARINOS;

c) Titular: Escola Municipal Vasco Bernardes de Oliveira;
Suplente: Escola Municipal Vasco Bernardes de Oliveira;

d) Titular:Agência de Desenvolvimento Sustentável do Vale do Rio Uruçua;

Suplente: Cresertão - Centro de Referência em Tecnologias Sociais do Sertão;

§ 1º -A Presidência do Conselho Consultivo do Parque Estadual de Sagarana será exercida pelo Gerente da Unidade de Conservação, que dará posse aos membros do Conselho.

§ 2º -Na ausência do Presidente do Conselho, esse será substituído por um representante do Instituto Estadual de Florestas, o qual assumirá todas as obrigações atinentes à Presidência, em conformidade com o Regimento Interno deste Conselho.

§ 3º -Os membros do Conselho não poderão receber remuneração de qualquer espécie pelo exercício das funções inerentes ao cargo.

Art. 2º -Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 03 de março de 2023.

Maria Amélia de Coni e Moura Mattos Lins - Diretora-Geral do IEF

PORTARIA IEF Nº16, DE 03 DE MARÇO DE 2023

Disciplina a Doação de Mudas e Insumos pelo IEF

A DIRETORA GERAL DO INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS - IEF, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 14 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020; com base na Lei nº 21.972, de 21 de janeiro de 2016; no Decreto 48.127 de 26 de janeiro de 2021 na Lei nº 2.606, de 5 de janeiro de 1962; e na Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013 e,

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinamento da doação de mudas e insumos pelo IEF;

CONSIDERANDO a necessidade do estabelecimento de prioridades e de adequação dos procedimentos de doação de mudas e insumos, para melhor atendimento da legislação vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização do controle de produção e distribuição de mudas e insumos, RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º- Esta Portaria tem como objetivo disciplinar a doação de mudas e insumos pelo Instituto Estadual de Florestas.

Art. 2º- Para os efeitos desta Portaria, entende-se por:

I - Programa de Regularização Ambiental (PRA): o conjunto de ações ou iniciativas a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental, conforme definição contida no Decreto Federal 7.830 de 17 de outubro de 2012.

II - Áreas de Preservação Permanente – APP: a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas conforme definição da Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012.

III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e da biodiversidade, conforme definição contida na Lei nº20.922 de 16 de outubro de 2013.

IV - Módulos Fiscais: unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro 1979.

V - Agricultor Familiar: aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos requisitos contidos na Lei Federal nº 11.326 de 24 de julho de 2006.

VI – Finalidade Socioambiental: doação de mudas com vistas a atividades e ações socioeducativas para instituições socioambientais e municípios.

VII – Fomento Florestal: ato ou efeito de promover a recuperação e/ou restauração da vegetação nativa em áreas alteradas ou degradadas, a recuperação da vegetação nativa ou o reflorestamento produzindo ambientes que conciliam interesses conservacionistas e de uso econômico e o reflorestamento com potencial econômico, visando a ampliação de renda no meio rural, de acordo com critérios preestabelecidos pela legislação.

VIII - Áreas de uso restrito: áreas cuja utilização sofre restrições, conforme disposto na Lei Federal 12.651 de 25 de maio de 2012 e na Lei Estadual 20.922 de 16 de outubro de 2013.

IX – Controle Mensal de Estoque de Mudass: gestão realizada pelas Unidades Regionais de Floresta e Biodiversidade do IEF (URFBio)

X - Controle Mensal de Estoque de Insumos: gestão realizada pelas Unidades Regionais de Floresta e Biodiversidade do IEF (URFBio) para fins de controle do estoque de insumos.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS DA PRODUÇÃO E DOAÇÃO DE MUDAS E INSUMOS PELO IEF

Art. 3º- As mudas produzidas pelo IEF deverão ser destinadas prioritariamente aos projetos de fomento florestal, às ações referentes ao Programa de Regularização Ambiental - PRA e a realização de eventos com finalidades socioeducativas, conforme fundamentos legais incluídos no Decreto Estadual nº 47.892, de 23 de março de 2020.

Parágrafo único - Os projetos citados no caput, se referem às atividades de recuperação de Áreas de Preservação Permanente - APP e de Reserva Legal - RL, visando atender ao Programa de Regularização Ambiental - PRA, à implantação de corredores ecológicos e à recuperação da vegetação nativa, bem como outros projetos que visam à melhoria da qualidade socioambiental.

CAPÍTULO III

DO PROCEDIMENTO E REGRAS ESPECÍFICAS

Art. 4 º- A doação de mudas e insumos observará a seguinte ordem de prioridade:

I - Proprietário ou possuidores de imóveis rurais, com até quatro módulos fiscais, que aderirem ao PRA, em especial os agricultores familiares;

II - Proprietário ou possuidores de imóveis rurais, com até quatro módulos fiscais, que não aderirem ao PRA, em especial os agricultores familiares;

III - Proprietário ou possuidores de imóveis rurais, maiores que quatro módulos fiscais, que aderirem ao PRA;

IV - Proprietário ou possuidores de imóveis rurais, maiores que quatro módulos fiscais, que não aderirem ao PRA;

V - Instituições públicas ou organizações sem fins lucrativos cujos objetivos se relacionem com a recuperação ambiental ou socioeducativa;

§ 1º - Poderão ser estabelecidos outros critérios de priorização para a doação de mudas por meio de acordo de cooperação técnica firmado com entidades públicas ou privadas ou no âmbito de projetos específicos de restauração do órgão ambiental.

§ 2º -A priorização prevista no caput poderá ser dispensada, a critério do órgão ambiental, quando a produção for superior a demanda existente dos projetos cadastrados no momento da entrega das mudas.

Art. 5º- Toda doação ocorrerá mediante disponibilidade de estoque e de acordo com o planejamento das Unidades Regionais do IEF.

Art. 6º- O processo de solicitação de doação de mudas e insumos deverá ser instruído no Sistema Eletrônico de Informações de Minas Gerais (SEI/MG).

Art. 7º- As doações de mudas em quantidades de até 100 unidades poderão ser efetuadas ainda que não estejam relacionadas a atividades de recuperação ambiental, observado o disposto nos art. 3º desta Portaria, mediante o preenchimento do Formulário Simplificado de Doação de Mudass e anexada cópia do documento de identidade com fotografia.

Parágrafo único: o solicitante poderá realizar apenas um pedido de doação na modalidade prevista no caput, a cada período de 12 (doze) meses.

Art. 8º- As solicitações de doações para quantidades superiores a 100 unidades se dará mediante instrução do processo, com os seguintes formulários e documentos:

I - Formulário de Pré-Cadastro para Fomento ou Doação de Mudass em quantidades superiores a 100 unidades;

II - Projeto Técnico;

III – documentos de identificação da pessoa física ou jurídica;

IV - Recibo de Inscrição do Imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR;

§ 1º - O Projeto Técnico para as propriedades superiores a quatro módulos fiscais deve conter, no mínimo: Listagem das espécies a serem empregadas por formação vegetal, indicando quantidade e espaçamento, baseada na verificação fitofisionômica e florística da gleba e entorno, o § 2º O Projeto Técnico para as propriedades inferiores a quatro módulos fiscais poderá ser elaborado a partir da utilização do modelo disponível no SEI/MG ou, de forma simplificada, empregando-se o documento gerado a partir da Plataforma Webambiente

§ 3º - A pessoa jurídica deverá apresentar os seguintes documentos de identificação:

I - Cópia do CNPJ (se for o caso),

II - Cópia do Estatuto ou Contrato Social, ata de constituição e última alteração (se for o caso),

III - comprovante de endereço;

IV- procuração, quando for o caso, acompanhada de cópia dos documentos pessoais que identifiquem o procurador (RG/CPF).

§ 4º - A pessoa física deverá apresentar os seguintes documentos de identificação:

I- RG e CPF;